



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto n. 18.798 – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial.

AI. n. 2208592-25.2017.8.26.0000.

Comarca: Matão.

Agravante: OLIVEIRA IMPLEMENTOS LTDA.

Agravada: PRUDENT INVESTIMENTOS LTDA.

Juíza: Ana Tereza Ramos Marques Nishiura Otuski.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE FALÊNCIA. IMPONTUALIDADE INJUSTIFICADA (Lei n. 11.101/05, art. 94, I). Recurso interposto contra a decisão que decretou a quebra da empresa faturizada, pelo inadimplemento das notas promissórias emitidas em garantia dos aditivos ao contrato de fomento mercantil (*factoring*). Débito protestado que havia sido objeto de carta de anuência assinada pela faturizadora para cancelamento do protesto e quitação. Discussão relativa à validade desse documento. Irrelevância. Faturizadora que, em réplica, informou a renegociação do débito. Circunstância que, de todo modo, retira a exigibilidade do título que embasou o pedido de falência. Sentença reformada. Recurso provido.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a r. sentença de fs. 273/281 que julgou procedente o pedido formulado na inicial, decretando-se a quebra da empresa agravante, com fundamento no inciso I do art. 94 da Lei n. 11.101/05.

A agravante sustenta a ausência de título executivo hábil a embasar o pedido falimentar. Registra que o título protestado corresponde à nota promissória emitida por ocasião da celebração do contrato de fomento mercantil, no valor de R\$ 500,00, e não aos que foram indicados na inicial. Destaca que não foram apresentados os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

títulos cedidos (recebíveis), porque as notas promissórias foram emitidas em garantia de uma operação de mútuo, o que é vedado às empresas de **factoring**. Afirma que a dívida mencionada na inicial foi objeto de transação e já havia sido quitada, conforme carta de anuência. Defende a invalidade do protesto da nota promissória emitida em razão do termo de confissão de dívida, eis que posterior ao pedido falimentar e com intimação por edital afixado no local. Aduz a existência de dolo no pedido falimentar.

Distribuídos os autos inicialmente por prevenção ao Rel. Des. Araldo Telles, a liminar foi deferida (fs. 25/27).

Recurso regularmente processado, com preparo (fs. 20/23) e parecer da D. Procuradoria Geral de Justiça pelo provimento do recurso (fs. 31/33).

Sem oposição ao julgamento virtual, nos termos da Resolução n. 772/2017 do Órgão Especial deste E. Tribunal.

É o relatório.

O agravo merece provimento.

Trata-se de ação proposta pela agravada, sociedade de fomento mercantil, na qual postula a falência da agravante, com fundamento no inciso I do art. 94 da Lei n. 11.101/05, em razão do inadimplemento das notas promissórias relativas aos aditivos n. 562 e 1.403 (fs. 16 e 20 dos autos principais).

A agravante se insurge, primeiramente, ao argumento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de que o título cujo protesto foi apresentado não corresponde às notas promissórias supramencionadas, e sim àquela emitida em 10 de novembro de 2014, por ocasião da celebração do contrato principal (n. 142/1), no valor de R\$ 500.000,00 (fs. 56 dos autos principais).

Conforme se extrai do documento de fs. 46/55 dos autos principais, as partes celebraram contrato de **factoring** convencional, pelo qual a agravada (faturizadora) se obrigou ao fomento das atividades da agravante (faturizada), prevendo-se, em contrapartida, a possibilidade de compra dos direitos creditórios de titularidade desta última, cuja formalização se daria por meio de instrumento próprio denominado “ADITIVO” (cláusulas 2ª, 9ª e 10ª).

Assim, por mais que o protesto se refira à nota promissória emitida no momento da contratação, não tem relevo a distinção pretendida pela agravante, pois como bem explicou a agravada em réplica, representa o limite de operação da faturizadora (fs. 130 e 133 dos autos principais) e o valor protestado – correspondente à soma das notas promissórias emitidas com base nos dois aditivos mais os custos gerados pelo protesto – é inferior (R\$ 411.791,80).

Logo, as operações materializadas nas notas promissórias emitidas em razão daqueles aditivos estavam contidas ou contempladas no título que foi levado a protesto. Consequentemente, é inegável que a dívida que originou a presente ação foi mesmo objeto da carta de anuência, por meio da qual lhe foi dada quitação (fs. 118 dos autos principais).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

As partes controvertem apenas quanto à validade desse documento, porém a discussão é irrelevante ao caso, vez que, de todo modo, a agravada confirmou que a dívida foi renegociada a partir do “Instrumento de Transação com Reconhecimento de Débito e Promessa de Pagamento Parcelado e Outras Avenças” (fs. 169/172), o que importa em novação.

Seja, então, pela quitação ou pela novação, fato é que houve a extinção da dívida protestada, o que retira a exigibilidade do título, tornando-o inidôneo a embasar um decreto de falência.

Por fim, convém esclarecer que o só fato da agravante não ter eventualmente adimplido esse outro instrumento, cujo valor transacionado foi de R\$ 377.125,37, não influi na solução dada à causa. Primeiro porque não integra a causa de pedir, já que não corresponde ao título mencionado na inicial e, além disso, só foi protestado após o pedido falimentar, em maio de 2017 (fs. 271 dos autos principais).

Diante desse contexto, de rigor reconhecer que não foram observados os requisitos legais, devendo-se dar provimento ao recurso para julgar improcedente o pedido falimentar.

Ficam, com isso, superadas as discussões relativas à nulidade das notas promissórias emitidas em garantia do contrato de faturização, à falta de exibição dos recebíveis e a tese de simulação, bem como a análise da regularidade da intimação efetuada.

Em razão do resultado do julgamento, e observando-se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

o disposto no §11 do art. 85 do CPC, fica a agravada condenada ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência, arbitrados em 20% sobre o valor atualizado da causa.

Diante do exposto, DÁ-SE provimento ao recurso.

Hamid Bdine

Relator